

CORREIO NACIONAL

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Grande parte das vítimas não denuncia por medo

Junho Violeta alerta população sobre violência contra idosos

Com o tema A liberdade não tem prazo de validade, a campanha Junho Violeta de 2026 conscientiza a população sobre as formas de violência contra a pessoa idosa e estimula que a população denuncie casos.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), entre janeiro de 2024 e abril de 2026 foram registradas mais de 1,6 milhão de denúncias de violência contra idosos pelo canal Disque 100. Para efeito de comparação, só nos primeiros quatro meses de 2026 foram contabilizadas quase 250 mil denúncias, contra 209 mil no mesmo período do ano passado, um aumento de quase 19%. Os números ainda escondem a maior parte das vítimas.

Diversas formas de violência

De acordo com a servidora da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Mayra Magalhães, há registro de diversas formas de violência. “Física, psicológica, violência financeira ou patrimonial, negligência ou abandono, violência sexual.” Segundo o Observatório Nacional dos Direitos Humanos, os tipos mais recorrentes são as violações físicas, psicológicas e a negligência, cometidas em sua maioria contra mulheres de idades entre 70 e 74 anos.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



União, estados e municípios atuarão juntos

Direitos da Pessoa Idosa

O Brasil passa a contar com uma rede de proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas. A finalidade é fortalecer a articulação entre diferentes níveis de governo e entidades na promoção de políticas públicas voltadas a essa população. Segundo a Portaria nº 1.058/2026, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a rede terá como finalidade promover ações coordenadas para assegurar o acesso a direitos, com base nos princípios da equidade, da não discriminação e do respeito à diversidade das etapas de envelhecimento.

Adesão à rede será voluntária

A adesão à rede será voluntária e cada instituição ficará responsável pelos custos decorrentes de sua participação. Entre as atribuições da rede estão: promoção do federalismo cooperativo; incentivo à elaboração de diagnósticos sobre o envelhecimento da população; fortalecimento da participação social; apoio a fóruns e entidades voltadas à defesa dos direitos das pessoas idosas.

Incêndios I

Medida Provisória publicada nesta segunda-feira (15) destinará R\$ 337,5 milhões para ações de combate ao desmatamento, prevenção de incêndios e fiscalização ambiental.

Desse total, R\$ 194,4 milhões serão destinados ao Ibama e R\$ 143,1 milhões vão para o ICMBio.

Incêndios II

No âmbito do Ibama, a maior parte dos recursos — cerca de R\$ 149,3 milhões — será aplicada em ações de prevenção e controle de incêndios florestais em áreas federais prioritárias.

A estimativa é de ampliação da área protegida em mais de 148 mil quilômetros quadrados.

Sisu + I

Os estudantes que participaram de pelo menos uma edição do Enem nos últimos três anos (2023, 2024 e 2025) já podem se inscrever no Sisu+, a etapa inédita e complementar do Sisu. A participação no Sisu+ é restrita aos candidatos que tenham participado da etapa regular do Sisu 2026.

Sisu + II

O Sisu+ amplia as chances de acesso à educação superior pública dentro do mesmo processo seletivo porque oferece eventuais vagas disponíveis para ingresso no segundo semestre de 2026 em instituições públicas de ensino superior que aderiram ao processo seletivo. Nesta primeira edição, 34 instituições aderiram ao processo.

Taxa de inscrição

O prazo para os candidatos ao Exame Nacional do ensino Médio (Enem) de 2026 pagarem a taxa de inscrição termina nesta quarta-feira (17). O valor é de R\$ 85, e a Guia de Recolhimento da União para pagamento da taxa de inscrição está disponível na Página do Participante no portal do Inep.

Liberação parcial

A Anvisa manteve a suspensão do comércio, distribuição e uso de lotes específicos de produtos Ypê. A medida publicada no Diário Oficial da União de segunda se aplica a desinfetantes, detergentes e lava-roupas líquidos. Segundo a Anvisa, a suspensão foi motivada pelo descumprimento de requisitos previstos em RDC.



Os procedimentos serão executadas pela AgSUS

Mutirões do SUS farão 13 mil atendimentos

Serão ofertados cirurgias oftalmológicas em terras indígenas

Da Redação

O Programa Agora Tem Especialistas fará, neste mês de junho, mais de 13 mil atendimentos entre consultas, exames e cirurgias em territórios indígenas dos estados do Ceará, Pernambuco, Amapá e Pará. Os procedimentos serão executados pela Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS).

Para a secretária de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai), Lucinha Tremembé, ampliar o acesso dos povos indígenas à atenção especializada é um compromisso do SUS com a equidade.

“O que estamos fazendo é aproximar o Sistema Único de Saúde (SUS) desses territórios, reduzindo desigualdades e ampliando a capacidade de resposta da rede de saúde indígena.”

A programação inclui consultas, exames diagnósticos, procedimentos especializados e cirurgias oftalmológicas em áreas como pediatria, ginecologia e obstetrícia, cardiologia, clínica médica, dermatologia e cirurgia geral.

As ações contam com a parceria de instituições com experiência em territórios indígenas e regiões remotas, como o projeto Aldeia em Foco, a Associação Médicos da Floresta, o Hospital Einstein Israelita e a Organização não governamental Zoé.

Desde o início da estratégia,

em agosto de 2025, já foram realizados 14 mutirões em diferentes regiões do país. Para o diretor-presidente da AgSUS, André Longo, a iniciativa amplia o acesso dos povos indígenas à atenção especializada.

“Essa estratégia reduz barreiras de acesso, diminui o tempo de espera por atendimento e fortalece a integralidade do cuidado, respeitando as especificidades culturais e as realidades de cada povo indígena.”

Mutirões nos territórios indígenas

No território Xukuru do Ororubá, atendido pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Pernambuco, o mutirão de oftalmologia ocorrerá até 20 de junho, com atendimento a mais de 30 aldeias. Nos dias 1º e 2 de julho, serão feitas cirurgias de catarata e pterígio em pacientes já cadastrados.

A ação contemplará os polos-base Anacé, Potyrô Tapeba, Aquiraz e Maracanaú, no Ceará.

No Amapá e norte do Pará, a Casa de Saúde Indígena (Casai) de Macapá concentrará atendimentos especializados em ginecologia e obstetrícia, pediatria, cardiologia, anestesiologia e ultrassonografia. No território indígena Tumucumaque, os polos-base Bona e Missão Tiriyo receberão equipes de oftalmologia, pediatria, ginecologia e obstetrícia, clínica médica e odontologia.